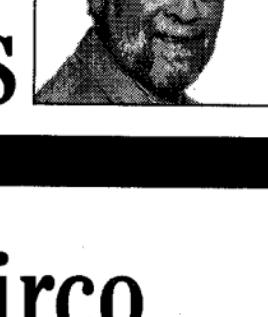


MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Fogo no circo

• Primeiro, foi uma fumacinha, captada imperfeitamente pela gravação do procurador Luís Francisco. O senador Antonio Carlos Magalhães teria cometido uma grave indiscrição, dizendo conhecer o voto da senadora Heloísa Helena a favor do ex-senador Luiz Estevão no processo de cassação. Teria a lista da votação secreta. A perícia da Unicamp constatou a violação do painel do Senado.

As chamas cresceram com dois focos: o depoimento de Regina Borges, ex-diretora do Prodasen, serviço de processamento de dados do Senado, que revelou em detalhes como forneceu a lista de votos, a pedido, segundo ela, do senador José Roberto Arruda, líder do governo, que declarara falar em nome de Antonio Carlos. À noite, o então presidente do Senado teria telefonado para sua casa, agradecendo o regalo.

Heloísa nega, de pés juntos, ter votado a favor de Estevão. Em posição defensiva, disse que seu voto a favor só poderia ser computado dessa forma caso algum senador tivesse roubado sua senha. Como a senha só é validada pela impressão digital do dono, a defesa prévia é canhestra. Arruda também nega, com veemência, ter feito qualquer pedido à funcionários. Antonio Carlos nega, com igual ênfase, ter pedido ou recebido a lista. Ou seja: ninguém confirma nada e só há palavra contra palavra. Em tempo de guerra, mentira é como terra, dizem.

A Comissão de Ética do Senado está diante de um caso comum na Sicília. Lá, o ideal das famílias mafiosas é cometer assassinatos sem cadáveres. Chamam isso de *lupara bianca*. *Lupara* é o nome da espingarda antiga-mente usada para caçar lobos, que, com o cano serrado, se torna um arma poten-tíssima a curta distância. *Bianca*, porque, executada a vítima, o corpo é dissolvido em ácido. O crime fica bran-co, por ausência de corpo de delito. Com as negativas dos senadores, falta a evi-dência material do crime, ainda que uma prova da ligação de Antonio Carlos para Regina possa ser obtida na empresa telefônica de Brasília. Mesmo assim, será uma prova frágil, caso um processo de cassação se origine do episódio.

Jader Barbalho respirou aliviado com o desvio dos holofotes da mídia para seu adversário. No entanto, as suas agruras não passaram. A Polícia Federal, numa inu-sitada e brilhante demonstração de eficiência, já conseguiu prender 18 dos 26 suspeitos de desvio de di-nheiro na Sudam, além de arquivos e computadores. Um dos presos conseguiu, no meio da madrugada, um habeas-corpus libertador. Os outros, por enquanto, continuam atrás das gra-des, inclusive a ex-diretora financeira da Sudam, que trocou o serviço público

pela arregimentação de re-cursos do público. Essa se-nhora, Maria Auxiliadora Barra, montou um escritó-rio que já conseguiu tirar perto de R\$ 250 milhões dos cofres da Sudam. O es-critório funciona numa ca-sa que, até 1998, pertencia a Jader. Foi preso ainda o mega-fraudador José Osmar Borges, ex-sócio de Jader. Os interrogatórios, as aca-reações, os documentos e a decifração da memória de computadores possivel-mente fornecerão material às revistas semanais, que, nos últimos fins de semana, sempre comparecem com novos documentos com-prometedores referentes à fortuna do presidente do Senado. Com as possíveis revelações dessa ação poli-cial, o fogaréu no Congres-so cresce.

Outra fogueira foi a assi-natura, por mais dois sena-dores do PMDB, do requeri-mento da CPI da Corrup-ção. Amir Lando disse que, quando em viagem, já man-dara uma carta comprometendo-se a assinar. A assi-natura de Casildo Maldaner é que foi inesperada. Casildo

é um discreto camponês do Oeste de Santa Catarina, dissidente da moral homo-gênea da liderança do PMDB. É candidato à presi-dência do partido no es-tado, competindo com o de-putado Edson Andrino, ou-tro dissidente. Ao longo da campanha, as bases lhe têm cobrado a assinatura no requerimento da CPI.

Agora, assinou.

A iniciativa passou para a Câmara, onde faltam 26 as-sinaturas. A tendênci-a é que venham. É que o objeto sexual mais atraente para um deputado não é uma loura burra. É uma câmera de TV. Caso o Senado ins-taure sozinho a CPI, os de-putados ficarão fora da mí-dia por, no mínimo, dois meses. Num ano pré-eleito-ral, isso é tudo o que a Câ-mara não quer. Logo, é pro-vável que a oposição reco-lha rapidamente as assina-turas que lhe faltam.

Resta saber se, colhidas as assinaturas, a CPI será aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Ca-so o seja, há dúvidas sobre se vai apurar alguma coisa. Entre outros motivos, por-que o presidente será de um partido e o relator de outro, cada um querendo investigar um assunto. E ambos apoiam o governo, ao menos em tese.

Mas, mesmo com todas essas dúvidas, as labaredas do circo parlamentar cre-pitam.